

HISTORIOGRAFIA E POLÍTICA EXTERNA: OS LAÇOS HISTÓRICOS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA

Historiography and Foreign Policy: Historical Ties and Diplomatic Relations Between Brazil and Africa

Vinicius Tavares de Oliveira

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

vtavares@pucminas.br

Mariana Balau Silveira

Professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

marianabalau@pucminas.br

Rodrigo Corrêa Teixeira

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial e do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

rteixeira@pucminas.br

Ana Carolina Zappa De Carli Meireles Rabello

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

zappa.zmr@gmail.com

Recebido: 29/06/2026

Aceito: 10/09/2026

Resumo

O estudo busca analisar a trajetória histórica das relações entre Brasil e África, articulando os debates historiográficos sobre a produção do conhecimento acerca do continente africano com a evolução da Política Externa Brasileira (PEB) voltada para essa região. Aqui problematiza-se a persistência de uma visão eurocêntrica nos Estudos Africanos e sua influência sobre a formação de analistas e formuladores de política externa no Brasil. O artigo apresenta os principais eixos temáticos que estruturam o relacionamento brasileiro-africano, seus legados coloniais, atores envolvidos e instrumentos diplomáticos mobilizados. Em seguida, apresenta-se a trajetória da presença africana na PEB desde a Política Externa Independente, passando pelos governos militares, pelo arrefecimento dos anos 1990 e pela retomada expressiva no governo Lula (2003-2010), até às oscilações mais recentes nos governos Temer, Bolsonaro e no Lula III. Conclui-se que a África permanece uma dimensão estratégica, ainda que instável, da inserção internacional brasileira.

Palavras-chave: Brasil, África, Política Externa Brasileira, Historiografia.

Abstract

The study seeks to analyze the historical trajectory of relations between Brazil and Africa, articulating the historiographical debates on the production of knowledge about the African continent with the evolution of Brazilian Foreign Policy (BFP) toward this region. It problematizes the persistence of a Eurocentric view in African Studies and its influence on the training of analysts and foreign policy makers in Brazil. The article presents the main thematic axes that structure the Brazilian-African relationship, its colonial legacies, the actors involved, and the diplomatic instruments mobilized. It then traces the trajectory of Africa's presence in BFP since the Independent Foreign Policy, through the military governments, the cooling of relations in the 1990s, and the significant resumption under the Lula government (2003-2010), up to the more recent fluctuations under the Temer and Bolsonaro governments and Lula's third term. It concludes that Africa remains a strategic, albeit unstable, dimension of Brazil's international engagement.

Keywords: Brazil, Africa, Brazilian Foreign Policy, Historiography.

1. INTRODUÇÃO

Há um riquíssimo debate historiográfico e didático para a produção do conhecimento histórico no e sobre o continente africano. Nesse sentido, almeja-se, por um lado, refletir os desafios metodológicos, teóricos e epistemológicos para a pesquisa e produção historiográfica sobre a África, problematizando a visão eurocêntrica sobre essa região geopolítica, e por outro, debater como o conhecimento histórico produzido corrobora para o trabalho tanto de elaboradores de política externa no Brasil, quanto de analistas internacionais que pesquisam as relações Brasil-África.

Com isso, esse artigo tem como objetivo geral analisar a trajetória histórica das relações entre o Brasil e o continente africano, articulando os debates historiográficos sobre a produção do conhecimento acerca da África com a evolução da Política Externa Brasileira (PEB) voltada para essa região. Portanto, busca-se compreender tanto os desafios epistemológicos e teóricos envolvidos na construção de um olhar brasileiro sobre a África, quanto os movimentos concretos de aproximação, distanciamento e retomada que marcaram a diplomacia brasileira para com o continente ao longo das últimas décadas. Para isso, o artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, será apresentado o debate historiográfico sobre os Estudos Africanos, discutindo-se as bases epistemológicas eurocêntricas que historicamente marcaram a produção do conhecimento sobre a África, bem como o processo de constituição desse campo de estudos no Brasil e seus desdobramentos nas políticas educacionais e curriculares, como a Lei 10.639/2003.

Na segunda seção, será discutida a concepção brasileira de África dentro da Política Externa Brasileira, focando em pontos centrais como: o peso dos legados históricos e

coloniais, a relevância de fatores endógenos, como os diferentes atores envolvidos na formulação da política africana e o peso de fatores exógenos ligados à conjuntura internacional. Em seguida, será traçado um panorama histórico que se inicia com a Política Externa Independente, no começo da década de 1960, passando pelos governos militares e suas diferentes orientações em relação à África, até chegar aos anos 1990, período em que o continente perde relevância relativa na agenda externa brasileira em favor da aproximação com os países centrais.

Por fim, será analisado o retorno da África à centralidade da Política Externa Brasileira a partir do governo Lula (2003-2010), com base no conceito de "autonomia pela diversificação", examinando-se ainda as oscilações desse relacionamento nos governos subsequentes com Michel Temer e Jair Bolsonaro, e sua retomada no terceiro mandato de Lula (2023-presente). Nas considerações finais, discutem-se as perspectivas futuras dessa relação, destacando a importância crescente da dimensão multilateral e da cooperação no âmbito do Atlântico Sul para o posicionamento do Brasil frente ao continente africano.

2. HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

A escrita da História e da Historiografia na e sobre a África exige permanente vigilância, tanto do ponto de vista de sua epistemologia e base teórica, quanto do tipo de discurso político que se produz e inscreve nas narrativas, sobretudo, no Ocidente. Ao retomarmos os primeiros escritos dos Estudos Africanos a partir dos anos 1950 se percebe uma preocupação exógena em vincular a história das sociedades africanas com a de seus descendentes nas diásporas, algo que tem sido alvo de muita discussão e disputas no contexto geopolítico do conhecimento entre africanos e africanistas. A África que se conhece por meio dos discursos exógenos é de uma perspectiva mítica. Problematisa-se os discursos e representações do e sobre o continente, concebida pela "tradição" científica ocidental, especialmente, os discursos hegemônicos euro-ocidental e afro-estadunidenses (Mudimbe, 2013; Penha 2001).

Dentro desse quadro discursivo se constituíram os Estudos Africanos no Brasil desde as primeiras pesquisas e escritos a partir do final da década 1950 até os primeiros anos do século XXI, em que as referências teóricas e epistemológicas, bem como as fontes utilizadas por docentes e pesquisadores eram oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Portanto, pode-se sustentar que os Estudos Africanos no Brasil, marcados pelo escravismo como tema primordial e como um pano de fundo estruturante das colonialidades imanentes,

traduzem o africanismo eurocêntrico, entendido como formas pseudocientíficas de se estudar esse continente (Obenga, 2013).

Existe um longuíssimo histórico de relacionamento entre a América Portuguesa (1500-1822), seguida pela emergência do Estado brasileiro (a partir de 1822), que permite descortinar-se um conjunto intenso e complexo de questões no Atlântico Sul. Uma perspectiva integrada de várias dimensões (cultural, social, econômica e político-diplomática) são visualizadas a partir da obra seminal de José Honório Rodrigues (1982). Neste trabalho, já clássico, o autor sinaliza que embora no transcurso dos séculos haja uma conexão co-coinstituinte de Brasil e África, demonstra-se como a África esteve ausente da política externa brasileira da independência até 1960.

Nesse sentido, pensadores como Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues, cada um de seu modo, reconhecem a importância de se estudar a África para se entender a identidade nacional brasileira. No primeiro caso, como se sabe, existe inúmeras e apaixonadas polêmicas em torno da obra freyriana (Araújo, 1994; Pallares-Burke, 2005). Deve-se evidenciar que Gilberto Freyre pensa a África tendo como foco analítico principal as relações raciais e a questão da mestiçagem no Brasil, em diálogo com as teorias racialistas europeias e o evolucionismo social. Já no segundo caso, trata-se de uma obra (Rodrigues, 1982) constituída tanto com a erudição da historiografia de inspiração tradicional quanto de uma inovadora visão a partir do Sul Global (Teixeira, 2019).

Entre as décadas de 1960 e 1970, principalmente durante os governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), e mais adiante no governo Geisel (1974 – 1979) quando ainda que não se tenha desenvolvido uma política "africanista" coerente, este continente passou a se integrar no âmbito da "diplomacia do desenvolvimento" praticada pelo Brasil. O objetivo era ganhar autonomia negociadora para o país em relação aos países desenvolvidos nos fóruns internacionais, contando para tanto com apoio dos demais países da periferia capitalista, chamados na época de Terceiro Mundo. As relações bilaterais com países fora do mundo desenvolvido também passaram a ser estimuladas (Saraiva, 2007).

Durante as décadas de 1980 e 1990, ainda que a África não tenha propriamente "sumido" da política externa brasileira, ela perde o papel e a relevância que antes havia obtido. Com o primeiro e segundo mandatos do governo Lula (2003 - 2011), o Brasil, agora num novo cenário global, passa a dialogar com a tradição da política externa "desenvolvimentista" das décadas de 1960 e 1970 e a enfatizar novamente a importância do continente africano. Ademais, conforme afirma Marco Vieira (2017), é no governo Lula que o Brasil repensa sua relação com o continente de modo a compreender e destacar o

papel do país no tráfico negreiro da época da escravidão. Durante a visita de Lula em Moçambique, o presidente afirma que o Estado e sociedade brasileira foram construídos a partir do trabalho escravizado de milhões de africanos trazidos contra sua vontade ao Brasil e que é responsabilidade do país sanar esta dívida através da cooperação e solidariedade.

Nas últimas décadas houve no Brasil uma efervescência do movimento de reafricanização reivindicado por diferentes grupos de ativistas negros, artistas e intelectuais bastante debatidos nas Ciências Sociais. Esse novo contexto na vida sociocultural e política brasileira desdobrou, nas décadas seguintes, nas políticas de Reparação do Estado para os afrodescendentes, dentre as quais as Ações Afirmativas com Cotas para negros(os) nas universidades públicas e a Lei 10639/2003.

A obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica por meio da Lei 10639/2003 e a Política de Cotas alteraram a rotina das instituições de ensino superior, não apenas do ponto de vista do seu público, mas particularmente do currículo. Embora a lei seja direcionada à educação básica, as universidades tiveram que inserir nos currículos, especialmente nos cursos de licenciaturas, componentes curriculares (ainda que na sua maioria como disciplinas optativas) sugeridos na legislação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecidas na Resolução nº 1 de 17 de julho de 2004. De forma também crescente, houve uma ampliação dos conteúdos e dos debates em torno de África na área de Humanidades, inclusive em Relações Internacionais. Acrescente-se que houve uma oferta significativa dos cursos de Especialização nos primeiros anos após a promulgação da Lei, uma estratégia utilizada pelas universidades como uma medida em curto prazo para subsidiar a formação continuada dos docentes, tanto em instituições públicas, quanto em instituições comunitárias e privadas (Oliva, 2003; 2021).

Quais as representações sociais que se tem da África e dos africanos no Brasil? Quais as representações sociais da África e dos africanos que circulam em nossas mídias e nos ambientes acadêmicos e escolares que ajudam a formar a identidade brasileira? Projeta-se, exacerbadamente, uma África como continente de espaço físico e natural homogêneo, de povos primitivos e/ou selvagens, devastada continuamente pelas guerras, a fome, as epidemias e a miséria.

No domínio dos Estudos Africanos e sua aproximação com as Relações Internacionais, observa-se uma predominância de produções no campo dos seguintes temas e/ou conceitos: Sistema Transatlântico de Escravizados e Escravidão, em geral

(séculos XVI-XIX), África do Norte ("Árabe"), versus África Negra ("Subsaariana"), Diversidade étnico-linguística, Racismo e antirracismo, Apartheid na África do Sul, Colonialismo (sobretudo, repartição territorial catalisada pela Conferência de Berlin – 1884-1885), Resistências anti-colonialistas e lutas pela independência ("Descolonização"), Nacionalismo, Afrocentralidade versus Eurocentrismo, Pan-africanismo, Formação dos Estados Africanos, Pós-Independências, Conflitos e operações de paz, Processos de integração econômica e democratização nas últimas décadas Cultura africana na diáspora e, finalizando, Religião e Identidade.

Dentro desse quadro, quando muito, a História milenar do continente africano é transmutada em apêndice da história euro-ocidental, inscrita apenas no quadro de emergência do sistema econômico do atlântico (Teixeira, 2019). Assim, na constituição e consolidação do campo científico que, não por coincidência, são correlatas da colonização do continente africano nos finais do século XIX, assistimos a uma divisão entre diferentes domínios do saber, condição para sua emergência enquanto ciência autônoma, implicando a definição de um objeto específico a ser estudado/desvendado fazendo recurso a teorias e métodos também próprios.

Os espaços coloniais também foram objeto não apenas da partilha entre os países europeus, mas também entre as áreas do saber, o continente africano não poderia ser objeto de estudo da História por não possuir historicidade própria. Assim, o estudo da África ficou, fundamentalmente, num monopólio de antropólogos e geógrafos (Teixeira, 2019). Uma vez que o continente africano torna-se objeto de estudo das Relações Internacionais tardiamente no século XX, a reboque dos processos protagonizados pelos países e povos do Atlântico Norte, toda produção historiográfica tem como marco da história do continente o século XVI com a emergência do sistema econômico do Atlântico, ignorando a existência da história da África anterior a este período.

Numa perspectiva geral, se coloca como desafio epistêmico e teórico a problemática da legitimidade para a produção do conhecimento científico sobre África – isto é, da validade científica das categorias de análise "africano" e "não-africano" enquanto legitimadoras (ou não) de saberes produzidos sobre as sociedades africanas (Araújo; Maeso, 2016). Portanto, exige novas perspectivas epistemológicas, teóricas e, sobretudo, didático pedagógico que possam romper com os limites impostos pelos currículos escolares, discursos hegemônicos e agendas políticas. Se é verdade que de forma crescente se tem tido consciência dos limites intepretativos de uma explicação historiográfica armadilhada pela epistemologia ocidental, persiste um grande e instigante

desafio de como, crítica e reflexivamente, se pode dialogar, contrapor e negar os modelos teóricos e epistemológicos que se mostraram, no mínimo, inadequados para, ao mesmo tempo, fazer emergir uma nova perspectiva teórica de explicação da história de África, mas que possa contribuir para uma nova história da humanidade (Oliva, 2010).

Esse breve quadro permite um questionamento de partida para uma série de desdobramentos interpretativos que se seguem. Os dados da presença brasileira na África ao longo dos anos 2000 não deixam margem a dúvidas a respeito da importância desse processo. No entanto, existem várias dúvidas sobre o que o Brasil – o governo, as empresas, a sociedade civil – pretende(em) com a África. Além de não haver uma coerência entre as várias frentes brasileiras de expansão rumo ao continente, em muitos aspectos a presença brasileira geralmente vem acompanhada de aspectos contraditórios, ao menos quando se comparam as dimensões cultural e de cooperação técnica, de um lado, com as de cunho mais econômico e geopolítico, de outro. O que deriva, facilmente, para outras questões, tais como: que África se inscreve, se considera e se instrumentaliza nas Relações Internacionais a partir do Brasil e, portanto, se ensina para analistas internacionais e cidadãos brasileiros? Portanto, a seção seguinte busca apresentar uma espécie de panorama sobre momentos e questões importantes da Política Externa Brasileira e como o continente Africano esteve presente (ou não) nas prioridades do país.

3. O CONTINENTE AFRICANO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A CONCEPÇÃO BRASILEIRA DE ÁFRICA

Quais são os grandes eixos temáticos acerca da África na Política Externa Brasileira? O primeiro grande eixo temático é o peso do passado e os seus legados para a política externa brasileira contemporânea. Um aspecto que, de forma mais ou menos explícita, acaba por ser profusamente evidenciado. Apesar do corte e das mudanças que as lutas pela independência e a "descolonização" significaram para o relacionamento brasileiro em África (que não cabe aqui considerar de maneira direta, por exemplo o estruturante "Sistema Transatlântico de Escravizados"), os diversos contributos fazem eco da permanência de importantes laços materiais e imateriais, com raízes num passado ainda bastante presente na memória e imaginário de muitos brasileiros, portugueses e africanos (Thomaz, 2002).

Os legados desse passado carregado e intenso (sobretudo a partir da segunda metade do século XX) foram naturalmente complexos, tendo representado, em diferentes circunstâncias, tanto um fator facilitador como de atrito na construção e desenvolvimento

de laços pós-coloniais em África. Seja como for, a influência geral de tal acumulado histórico é constituinte da construção e inserção internacional do Brasil, permitindo concluir que a diplomacia do Brasil democrático para a África tem sido em grande medida um produto de tempos passados (Dávila, 2011; Saraiva, 2012). Pode-se indagar sobre quais serão as implicações da globalização, particularmente na emergência sem precedentes de fluxos de capital, de ideias e de pessoas podendo ser traduzida por novas experiências africano-brasileiras (Guerreiro, 2010). Significará isso uma maior aproximação e gradual diluição de laços marcados de colonialidade? Ou será que os esforços de valorização, institucionalização e renovação de vínculos serão suficientes para preservar relações históricas, talvez de maneira menos estereotipada e mais decolonial?

O segundo grande eixo temático, intimamente relacionado com o anterior, que importa destacar, é a grande relevância de fatores endógenos na política externa brasileira para a África. Tal contraste com o que sucede em muitos outros domínios das relações internacionais do Brasil. Os diferentes contributos, em geral, notam a presença de um importante e diversificado número de atores envolvidos, em maior ou menor medida, na formulação e implementação da política externa para essa região geopolítica. Grande ênfase é dada ao papel de diferentes atores políticos e burocracias, sendo ainda brevemente mencionados outros intervenientes tais como grupos de interesse (por exemplo, movimentos sociais negros e antirracistas, lideranças de religiões de matriz africana interessados em intercâmbio, empresários da construção civil que há décadas se destacam em sua presença em África, pesquisadores especializados nas temáticas africanas), meios de comunicação social e opinião pública, cujo envolvimento específico interessaria aprofundar, tal como a sua relação com entidades oficiais, ao longo do tempo.

Se um importante grau de consenso interno quanto às linhas gerais do relacionamento brasileiro em África é evidenciado, também são identificados matizes quanto a aspectos mais específicos, que também importaria explorar de forma mais detalhada. Temáticas relacionadas com as ex-colônias (principalmente com Angola, que de forma impactante o Brasil é o primeiro a reconhecer a independência em 1975) aparecem em dados momentos como motivo de forte disputa interna, a nível político e interinstitucional, bem como formatados em alguma medida por laços pessoais (Dávila, 2011). Ainda que tais tensões e subjetividades sejam mais discerníveis durante uma fase inicial após as independências, o fato de terem subsistido dinâmicas tais como mudanças orgânicas frequentes e alguma dispersão institucional, levanta a dúvida de saber se tal não será indiciador, pelo menos em

parte, de uma maior dissonância interna do que aquilo que é por vezes admitido neste campo (Cepaluni; Vigevani, 2007).

O terceiro grande eixo temático, menos surpreendente, é o peso de fatores exógenos na política externa brasileira para África, tendo em conta as possibilidades e limitações em geral do Brasil como potência emergente no início do século XXI. Embora, tal como mencionado anteriormente, o contexto sistêmico internacional traz essa dimensão. Por exemplo, os constrangimentos decorrentes do intervencionismo externo em África durante a Guerra Fria ou, de maneira oposta, as oportunidades resultantes do retraimento das superpotências com o final da disputa bipolar. Acrescente-se que os desafios da conjuntura antes e depois da crise econômica internacional (2008) levantaram para a África algo que extrapola em muito as abordagens possíveis da política externa brasileira para o continente. Assim, uma panorâmica sobre a evolução da realidade política e econômica africana na longa-duração permitiria ponderar melhor as oportunidades e constrangimentos para as iniciativas brasileiras nessa região geopolítica (Matos, 2017).

O quarto grande eixo temático prende-se, justamente, com os esforços e meios relativamente importantes mobilizados pelas autoridades brasileiras neste domínio, apesar das limitações gerais do país e de África não ter representado uma prioridade de topo da política externa brasileira. Faz-se prova da utilização de uma vasta gama de instrumentos, quer de natureza diplomática, quer militar, econômica ou cultural. Embora os contornos de tais modalidades precisem de mais aprofundamento, é possível apontar algumas características gerais. Primeiro, parece haver um predomínio de instrumentos seguindo estratégias ditas "brandas" ("soft") ou baseadas na persuasão, ao invés de vias mais coercivas. Tal situação não surpreende tendo em conta o nível de recursos e capacidades de que dispõe o país em geral, bem como a relativa sensibilidade de um relacionamento ainda marcado por um passado colonial comum representado pela metrópole portuguesa em meio as relações periferia-periferia, que paralelamente se desenvolveram (Alencastro, 2000).

Há um grande uso de instrumentos de diplomacia política. Por exemplo, mais recentemente, por exemplo, diferentes formas de diálogo político e acordos internacionais de cooperação técnica (Matos, 2017), bem como instrumentos de diplomacia militar, particularmente em cooperação técnico-militar e operações de paz (Duarte; Santos, 2018), econômica, tais como linhas de crédito, garantias e ajuda ao desenvolvimento, por exemplo em Angola e Moçambique (Garcia; Assis; Ribeiro, 2022) e cultural (cooperação em

educação e promoção da língua portuguesa , considere-se , principalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (Saraiva, 2001.).

Tais meios seguem um importante grau de concentração geográfica e temática, focando-se nas ex-colônias portuguesas e apostando em setores onde a ação do país se reveste de uma certa mais-valia simbólica, sobretudo decorrentes do passado (por exemplo, língua partilhada e sistemas jurídico-administrativos similares). Existe também uma grande importância atribuída a canais bilaterais, ainda que, sobretudo em matéria de diplomacia política e numa fase mais recente do relacionamento português em África, a via multilateral da CPLP tenha ganho mais centralidade. Em todo o caso, o plano multilateral e a sua relação com o plano bilateral, são temas que requerem novas pesquisas.

Existe uma dimensão associada a um compartilhamento de um imaginário complexo entre os países lusófonos, porque é marcado ao mesmo tempo de colonialidade, quanto de resistências e recriações decoloniais. No entanto, o potencial económico brasileiro e seu ímpeto por uma crescente inserção internacional, cada vez mais ampliada, nas primeiras décadas do século XXI, com exceção explícita do governo Bolsonaro (1º/01/ 2019 e 1º/01/2023), trouxe uma atuação com interesses comerciais e financeiros evidentes, característicos de uma potência emergente.

Um quinto, e último, grande eixo temático a destacar tem a ver com os resultados alcançados nesta área da política externa brasileira. O tom que emerge mais ou menos otimista reflete diferenças inerentes às áreas ou aspectos considerados. Em geral, parece haver um certo reconhecimento daquilo que a diplomacia do Brasil democrático alcançou, sobretudo tendo em conta o ponto de partida difícil e os constrangimentos diversificados, tanto internos como externos, que teve subsequentemente de enfrentar.

4. A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Em longo prazo, as relações entre Brasil e África trazem oportunidades, limitações, desafios, cenários e perspectivas. Em meio disso, há ímpetos de avanço, recuos e retomadas. No entanto, é, sobretudo, marcada por esquecimentos e invisibilidades. A ação oscilante em relação à África é resultado de fontes diferentes: escolhas na inserção internacional do país sob a base de ideologias partidárias; debilidades económicas em meio às crises internacionais e até pouco depois da metade do século XX pela forte presença de Portugal nas escolhas brasileiras para a África até meados da década de 1970. Dessa maneira, a política africana produz debates em relação a sua condução por parte do Brasil,

marcada ora pela relevância e interesse brasileiro, ora pela marginalização de seu papel nos eixos orientadores da política externa brasileira.

O ponto de partida é o período compreendido pela Política Externa Independente, uma vez que nesse processo se iniciou o africanismo na política externa brasileira. Esse momento foi marcante pelo ineditismo de algumas das linhas gerais da política externa brasileira, marcado pela vontade do Brasil de uma mudança em sua inserção internacional. A inauguração da política africana, no início da década de 1960, não foi um processo gestado naturalmente, foi um conjunto de ações políticas em busca de se realizar um projeto de inserção internacional para o Brasil: procurando-se colocar a África Atlântica no centro da afirmação brasileira de autonomia no mundo (Saraiva, 1996, p. 242).

A chegada de Jânio Quadros ao posto de presidente do Brasil foi marcante, também, quando se pensa em política externa. Apesar de sua presença ter sido breve a frente da presidência, as linhas gerais de sua política externa foram seguidas pelo seu sucessor, João Goulart – após sua renúncia. Os novos rumos, uma ruptura com a política pró-Portugal foi desenvolvida por Kubitschek (1956 – 1961). Dessa maneira a África passaria a possuir espaço próprio dentro da política externa brasileira, uma vez que os elementos nos quais se baseavam os novos rumos da inserção internacional do Brasil compunham o contexto daquele continente. Com isso, as similaridades em termos de desafios serviriam para uma aproximação em vista de se combater em conjunto os desafios apresentados para ambos os lados. Em especial o subdesenvolvimento. Para entendermos as oscilações brasileiras na Política Externa Independente, em relação a África, é fundamental analisar a conjuntura da política interna do Brasil, uma vez que a saída de Quadros e a subida de Goulart ao posto de presidente alteraram significativamente a visão de agentes internos e externos a respeito do Brasil e também a ação negativa por parte de Portugal.

Dada a conjuntura internacional da época essa questão pesou juntamente com outros fatores sobre as ações da Política Externa Independente. O governo de Goulart era visto pelos setores conservadores como possível difusor do socialismo. Neste sentido, em tempos de bipolaridade, este tipo de governo era visto por estes atores nacionais e também por parte de atores internacionais - especialmente os Estados Unidos - como sendo uma ameaça aos valores ocidentais, tanto que em meados de 1964 o golpe militar estourou no Brasil. A clara busca pela mudança na inserção internacional do Brasil foi prejudicada no caso africano, pela figura de Portugal. O Tratado de Amizade e Consulta, pesava bastante nas posições brasileiras. “A prevalência das relações especiais do Brasil com Portugal

dificultava a implementação de uma política de efetivo apoio aos territórios africanos em processo de independência” (Ribeiro, 2007, p. 58; Saraiva, 1996, p. 79).

Na ONU, o tema ganhava peso, como o voto brasileiro também, mais especificamente para Portugal que vinha perdendo seguidamente seguidores em prol de seus anseios de manutenção das suas colônias africanas. Neste sentido, ao longo da Política Externa Independente, o Brasil atuou de maneira pendular a respeito do tema, em geral se posicionava a favor do direito de independência dos africanos - no caso de Angola optou pela abstenção em meados de 1961, mas já em 1962 votou favoravelmente, juntamente com 98. Esse gesto foi marcante em vista das posições defendidas nas linhas de ação em relação ao anticolonialismo, desagradando profundamente àqueles setores pró-Portugal. Apesar do simbolismo deste voto brasileiro este foi apenas um passo dado; outros eram necessários, mas o Brasil não seguiu de maneira linear neste posicionamento, tanto que este tipo de ação incoerente esteve presente ainda em tempos posteriores à Política Externa Independente, muito em função das ações produzidas pelos agentes já citados acima.

Os traços e potencial da Política Externa Independente puderam ser vistos anos mais tarde nas linhas do Pragmatismo Responsável de Geisel, fazendo da política externa um meio de desenvolvimento e defesa dos interesses nacionais, por mais amplo que seja este conceito. As contribuições nas relações com a África - apesar da presença negativa de Portugal - foram importantes, impulsionadas pela diplomacia ativa de figuras como o embaixador Ítalo Zappa, responsável por romper o isolamento do continente e articular o histórico reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas no Atlântico Sul. Assim, o Brasil de fato buscou conhecer mais do que nunca um continente que antes era marginalizado (Pimenta, 2016).

A política africana dos governos militares foi marcante para as relações entre o Brasil e a África. As diferentes imagens criadas por eles a respeito da África causaram obviamente reflexos na maneira de condução dessas relações. As divergências entre as correntes militares também foram ponto chave nesta dinâmica, produzindo linhas de ação bastante distintas no que se refere à formulação da política externa brasileira. Ao longo dos cinco governos formados por militares apenas o primeiro teve ação negativa em relação ao continente africano, aliás, foi durante a era militar que o Brasil viveu seus momentos mais marcantes nas relações com a África. O papel desempenhado pela bipolaridade sistêmica à época variou, desde fundamental às escolhas até sendo um agente secundário em relação a essas (Oliveira, 2005; Cervo, 2008).

A tradição militar da qual Castello Branco (15/04/1964 - 15/03/1967) construiu suas idéias de mundo eram claramente aquelas defensoras do ocidentalismo e alinhamento automático com os Estados Unidos. Esses fatos refletiam os anseios dos setores mais conservadores que novamente voltaram a influenciar as tomadas de decisão da política externa brasileira. A África nesta época era celeiro de independências, e neste contexto nasciam Estados que buscavam seu lugar no sistema internacional bipolar (Mourão; Oliveira, 2005, p. 54-55).

O contexto da Guerra Fria produziu um esquecimento nas relações que o Brasil tinha construído no continente como um todo. Assim, as áreas de interesse do governo Castello Branco reduziram a África a um trecho, que em nada ilustra o verdadeiro potencial que por lá havia para a inserção universal do Brasil. Aos militares interessava apenas a porção atlântica daquele continente e as colônias sob domínio português. Além disso, uma aproximação com a África do Sul foi certamente um passo positivo, se levarmos em conta os anseios daquele governo brasileiro, já que os sul-africanos tinham as mesmas percepções em relação ao comunismo e a segurança atlântica (Parada, 2013).

O primeiro governo militar do Brasil seguia a doutrina dentro da ESG (Escola Superior de Guerra), conservadora e defensora de um alinhamento com os EUA, o que significava na época lutar contra o comunismo e defender os valores ocidentais. Tais escolhas produziram uma mudança na visão brasileira sobre a África. Terminado o primeiro governo militar, assume o então General Costa e Silva (15/03/1967 - 31/08/1969), seguidor de outra linha doutrinária da ESG, desta feita defensor das linhas do nacionalismo e desenvolvimentismo com forte ação do Estado. Essa troca de governo é tratada por muitos estudiosos como tendo sido um golpe dentro do golpe. As linhas políticas com isso foram alteradas tanto em âmbito interno - ocorrendo um incremento do autoritarismo - como externo. Não mais se condicionava o desenvolvimento à segurança coletiva. Agora a segurança era vista como um produto do desenvolvimento. “E mais ainda, desacreditado o projeto de desenvolvimento como resultado da ajuda externa, este passou a ser pensado como fruto de um processo endógeno” (Gonçalves; Miyamoto, 1993, p. 12). Por consequência disso ocorre novamente uma mudança no peso da África para o Brasil.

O “novo lugar para a África na política exterior brasileira seria encontrado no conjunto de opções que o país teve que construir em face do contexto internacional que passava por grandes modificações” (Saraiva, 1996, p. 125). O medo do comunismo perdia espaço, uma vez que o autoritarismo se tornou mais denso após a troca de governos, gerando uma perda de relevância ao alinhamento com os EUA. Assim, os aspectos ligados a geoestratégia e

segurança perdiam espaço novamente para aquelas ligadas ao desenvolvimento, sendo o Estado o agente maior neste processo induzindo os caminhos a serem tomados.

Outra mudança positiva em relação ao período anterior ocorreu no sentido de dar ao Itamaraty maior independência na condução da política externa. Desta maneira a ação externa brasileira voltava para as mãos daqueles que de fato possuíam profunda capacidade técnica para lidar com tais assuntos. Ademais a África passou a ter, a partir do governo Costa e Silva, espaço próprio dentro do MRE, com a criação da Divisão da África (DAF). Esta passaria a cuidar exclusivamente dos assuntos daquele continente demonstrando que a África começava a ganhar um espaço maior para o Brasil refletido pelo incremento do espaço institucional dentro do MRE.

O governo Médici (30/10/1969 - 15/03/1974) foi responsável por avanços significativos na política africana brasileira, tanto no campo prático como também no retórico. A viagem de Gibson Barbosa, foi momento ímpar nessas relações e responsável pela mudança da visão dos africanos em relação ao Brasil, fator que no governo seguinte foi bem aproveitado no sentido de uma inserção mais profunda por parte do Brasil naquele continente. O período de governo do General Garrastazu Médici, é considerado por muitos como tendo sido o responsável por uma ação autônoma de fato do Brasil para com o continente africano. Continuando e incrementando a reaproximação produzida por Costa e Silva, o novo governo deixava claro nas novas linhas traçadas que o Brasil iria atuar de maneira assertiva em busca do atendimento de seus anseios, desta maneira nota-se que o espaço da África se torna maior durante este governo. O quadro das relações internacionais deste período foi marcado pelo abrandamento das tensões ideológicas resultantes das disputas entre Estados Unidos e URSS. Além disso, o processo de descolonização afro-asiático só fazia aumentar o número de novos atores estatais, gerando uma série de novas demandas na ordem internacional.

No plano extra-continental a política internacional brasileira assumiu contornos claramente agressivos, refletindo os interesses econômico-industriais emergentes. As tarefas prioritárias da diplomacia consistiram em negociar a abertura de novos mercados para a produção nacional e aproximar-se dos países fornecedores de tecnologia e de matérias primas indispensáveis para o funcionamento do parque industrial brasileiro (Gonçalves; Miyamoto, 1993, p.18).

O governo de Figueiredo (15/03/1979 - 15/03/1985) foi o último do período militar. Seu principal compromisso era o de fazer a transição para o retorno da democracia ao Brasil e isso foi feito com sucesso. O período não foi marcado por grandes inovações no que se

refere a política externa, pelo contrário a continuidade esteve presente em grande parte das ações externas brasileiras, apesar da diminuição das capacidades brasileiras. A política africana de Figueiredo, sentiu bastante os efeitos da crise, o que acarretou em um abrandamento das relações entre Brasil e África. Apesar disso Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África

Durante o governo Figueiredo nota-se uma continuidade nas linhas da política externa em relação aos três antecessores. Certamente que alguns desvios ocorreram devido a conjuntura encontrada por cada um dos respectivos governos, mas a política africana do último governo militar apresenta condução positiva em termos da inserção brasileira na África.

Após vinte e um anos vividos sob regime autoritário o Brasil viveu em 1985 à volta da democracia. Os primeiros objetivos de José Sarney (15/03/1985 - 15/03/1990), estavam, de um lado, em realizar a reforma política complexa para construir e fazer funcionar uma estrutura política e uma ordem jurídica jamais vista no país e, de outro, fazer o ajuste econômico. O reforço do multilateralismo era importante para o governo Sarney, mais ainda em questões relacionadas aos direitos humanos, aliás, este elemento ocupou espaço relevante na política africana de Sarney. Prova disso foi o incremento no discurso brasileiro contra o regime de apartheid existente na África do Sul, apesar de não ter significado um rompimento das relações com este país.

A década de 1990 foi palco de alguns ajustes no que se refere aos rumos da política externa brasileira. O presidente Collor de Mello (15/03/1990 - 29/12/1992), apesar de sua passagem curta, foi responsável por mudar de maneira importante os rumos das ações externas do Brasil. “No centro das redefinições propostas pelo presidente estava o reforço dos laços com o Primeiro Mundo (Saraiva, 1996; p. 222)”. “Segundo consta, o presidente Collor (...) dizia preferir ver o Brasil assumir o lugar de “último dos países desenvolvidos” a vê-lo como o “primeiro dos países subdesenvolvidos” o que já conformou uma significativa mudança” (Almeida, 2007, p. 11). Entretanto as relações regionais merecem peso especial em vista da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, formalizando a criação do MERCOSUL, ator que demandou grande atenção do Brasil naquela época e que ainda hoje tem papel chave nas linhas da política externa brasileira. Colocando em segundo plano as relações com países periféricos voltando assim seus olhos novamente para os países centrais.

Nota-se então que não existia por parte do Brasil o interesse em reforçar os laços com países - excepcionalmente os vizinhos - que viviam em situação similar à sua em termos

de desenvolvimento. Sendo assim, o período do governo Cardoso se caracterizou por uma maior valorização das relações com os países centrais, colocando em segundo plano as relações com aqueles que de acordo com essa visão não atenderiam as demandas brasileiras (Lima, 2005). Com isso o espaço do continente africano à época ficou prejudicado e diminuído, sendo os avanços mais significativos a criação Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o reaparecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A CPLP merece um destaque especial pelo seu simbolismo. As heranças deixadas por Portugal em relação às suas colônias ainda não haviam sido digeridas pelos africanos. A CPLP foi um meio de se aproximar esses dois lados, dando ao Brasil o peso de ser o interlocutor entre estes. Mesmo que de início tenha sido difícil um aprofundamento das relações dentro da CPLP a sua iniciativa já era válido. Mais do que isso esta Comunidade poderia trazer ao Brasil ganhos importantes para a reinserção nos países de língua portuguesa, que vinham perdendo espaço ao longo da década de 1990. Ressalta-se que até os dias de hoje a efetividade desta entidade ficou mais no campo discursivo do que no prático. A CPLP não é motivada por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional, com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivados de interesses econômicos, ora fundamentados em valores políticos ou culturais (Saraiva, 1996, p. 229).

Apesar dos referidos avanços, o saldo da política africana brasileira em grande parte dos anos 1990 não foi positivo. As conquistas até então conseguidas pela política africana brasileira foram de certa maneira postas de lado, em compasso com as constantes oscilações na ação brasileira com a África (Saraiva, 2001). Resultado da mudança nos caminhos da inserção internacional do país, que vinham à África com baixo potencial para auxiliar o desenvolvimento brasileiro, restando a ela apenas um papel marginal ao longo da década de 1990 nas escolhas brasileiras (Freixo, 2006, p. 39).

5. O RETORNO DA ÁFRICA À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA: OPORTUNIDADES, AVANÇOS E DESAFIOS

Apesar dos referidos avanços, o saldo da política africana brasileira em grande parte dos anos 1990 não foi positivo. As conquistas até então conseguidas pela política africana brasileira foram de certa maneira postas de lado, em compasso com as constantes oscilações na ação brasileira com a África (Saraiva, 2001). Resultado da mudança nos

caminhos da inserção internacional do país, que vinham à África com baixo potencial para auxiliar o desenvolvimento brasileiro, restando a ela apenas um papel marginal ao longo da década de 1990 nas escolhas brasileiras (Freixo, 2006, p. 39). O conceito da “autonomia pela diversificação” (Cepaluni; Vigevani, 2007) foca na análise dos ajustes e mudanças na ação de política externa. Dentro disso, se propõe no presente trabalho, com auxílio deste conceito, ilustrar ações tomadas a partir do governo Lula em relação à inserção internacional do Brasil, através das tomadas de decisão e elementos que compõem as escolhas. Trata-se de ajustes e mudanças que são resultantes de quatro fontes distintas - cada uma permeada pelas respectivas variantes -, que influenciam as tomadas de decisão a respeito da política externa, que são representados por um quadro formado por “líderes; burocratas; reestruturação doméstica; e choques externos” (Cepaluni; Vigevani, 2007, p. 277). Assim as linhas gerais da política externa do governo Lula são definidas por um:

(1ª) aprofundamento da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); (2ª) intensificação das relações entre países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul; (3ª) ação de destaque na Rodada de Doha e na Organização Mundial do Comércio, assim como em algumas outras negociações econômicas; (4ª) manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos, inclusive com os Estados Unidos; (5ª) retomada e estreitamento das relações com os países africanos; (6ª) campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando um lugar de membro permanente para o Brasil; e (7ª) defesa de objetivos sociais que permitiriam maior equilíbrio entre Estados e populações (Cepaluni; Vigevani, 2007; p. 292).

A cooperação Sul-Sul assume um papel de destaque nas linhas que compõem a política externa brasileira, sendo assim automaticamente o continente africano é uma parte desta política. Desde o início de seu governo, o presidente Lula e os formuladores de política externa destacam que a África possui espaço próprio nas relações exteriores do Brasil, e que desta maneira deve ser valorizada em vista do respectivo potencial e dos interesses por parte do país. Ao longo do primeiro mandato, não apenas tornou prioridade a reabertura dos postos fechados durante a administração FHC, como ainda os ampliou no continente africano (Ribeiro, 2007, p. 172). Em resposta a esse afastamento:

(...) O governo Lula reabriu embaixadas desativadas na gestão FHC e inaugurou representações diplomáticas e um consulado-geral, totalizando 13 novos postos; o que elevou a presença brasileira no continente africano de 18 para 30 embaixadas e dois consulados gerais (Ribeiro, 2007, p. 172).

Desse modo, a maior presença física da diplomacia brasileira na África é estratégica. Isso porque o Brasil passou a atuar de maneira mais dinâmica entorno de seus interesses, sejam eles políticos ou econômicos. Esse ganho na capacidade administrativa acaba por intensificar a capacidade de relacionar brasileira com o continente africano. Em

contrapartida, houve também um aumento do número de postos diplomáticos africanos no Brasil, saltando de 16 para 25, entre 2003 e 2006 (Ribeiro, 2007). No período compreendido de 2003 a 2010, a África se tornou uma das áreas de influência mais relevantes no planejamento diplomático brasileiro. A comprovação da relevância estratégica de África na política externa do Brasil foi o alto nível de investimento diplomático. No total, foram realizadas 29 visitas de Estado a nações africanas, 17 Embaixadas foram abertas no período — totalizando 35 à época — e, em contrapartida, 47 lideranças africanas, de 27 países, visitaram o Brasil em 8 anos (Visentini, 2016).

No período 2011 - 2016 houve certo arrefecimento imenso do interesse africano na política externa, tendo em vista a crescente política interna no Brasil associada aos efeitos duradouros e ampliados da crise econômica global iniciada em 2008. Com o Chanceler Aloysio Nunes, (02/03/2017 - 1.º/01/2019) no governo Michel Temer (31/08/2016 - 1.º/01/2019), há um ensaio, bastante tímido, de recuperar a presença brasileira em África, tendo visitado 16 países, mas sem conseguir intensificar as relações com o continente no patamar dos primeiros anos do século XXI. De certa forma, o governo Temer buscou favorecer relações comerciais e econômicas com Estados Unidos, China e Europa sem, necessariamente, conseguir alcançar as metas de interesse nacional mais amplas. A agenda focada na cooperação com países do Sul Global acabou por ficar em segundo plano, bem como as relações do país com a África. De todo modo, seu governo promoveu uma reorientação na política externa brasileira, reduzindo a centralidade da África e da Cooperação Sul-Sul no discurso e na atuação diplomática em comparação com as diretrizes das gestões anteriores (Doratioto; Vidigal, 2021).

Na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), a PEB buscou priorizar a ideia do liberalismo econômico, favorecendo setores exportadores além de um alinhamento sem reciprocidade com os Estados Unidos. Esse momento marca o distanciamento entre Brasil e África na política internacional. Durante a chancelaria de Ernesto Araújo (2019-2020), a agenda diplomática incorporou discursos anti globalistas e de alinhamento ocidental. A coexistência dessas diretrizes trouxe incongruências na política externa brasileira, alternando posições programáticas e ideológicas, algo que afetou diretamente no relacionamento do Brasil com países que não compartilham os mesmos valores. Com a prioridade sendo direcionada para países do Norte Global, a diplomacia com a África ficou restrita, majoritariamente, aos interesses comerciais em setores como o agronegócio e contatos com países de governos de direita ou de forte influência de comunidades religiosas aliadas à base do governo (Souza *et al.*, 2023; Saraiva; Silva, 2019).

Durante esse período, o redirecionamento das prioridades diplomáticas reduziu a centralidade da Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira, privilegiando a aproximação com países do centro sistêmico capitalista e potências consolidadas. Contudo, com o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–presente), observa-se uma tentativa deliberada de reestruturação da PEB, resgatando a tradição diplomática do universalismo e a centralidade das relações Sul-Sul. Segundo Horta (2023), o interesse por fortalecer a relação Brasil-África, teve reflexos diretos sobre as ações internacionais do país durante o primeiro ano do mandato. Utilizando-se da diplomacia presidencial para revitalizar as relações do Brasil com o continente africano, o presidente visitou três nações africanas. Essa agenda marcou a retomada diplomática brasileira na região, contrastando com o governo anterior, que não realizou nenhuma visita ao continente.

O presidente participou da 15ª Cúpula de Chefes de Estado do BRICS em Joanesburgo. Na ocasião, debateu temas como a expansão do bloco e o desenvolvimento de instrumentos monetários para fortalecer as relações econômicas bilaterais. Em seus pronunciamentos, enfatizou a centralidade comercial, política e financeira da África para a política externa brasileira. Em seguida, Lula visitou Angola, país com o qual o Brasil possui uma parceria estratégica formal, para uma reunião com o presidente João Lourenço. Na visita, Lula discursou na Assembleia Nacional de Angola, participou do Fórum Econômico Brasil-Angola e focou no adensamento da cooperação nos setores de defesa militar e agricultura, buscando articular a atuação de agências brasileiras como a Embrapa, o Sebrae e a Conab no país (Horta, 2023; Presidência da República, 2023).

No último destino da viagem, o presidente brasileiro participou da 14ª Conferência de Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A organização foi destacada como um espaço estratégico relevante para fortalecer os laços políticos, diplomáticos e econômicos com os países lusófonos africanos membros do bloco. Como complemento prático a essa reaproximação diplomática, o governo federal publicou um decreto em 30 de novembro de 2023 oficializando a ampliação da infraestrutura diplomática brasileira na África, com a reabertura da embaixada na Serra Leoa (fechada na gestão anterior), a criação de uma embaixada em Ruanda e a abertura de um consulado-geral em Angola (Horta, 2023; Presidência da República, 2023). Com isso, observa-se que o governo Lula III tem buscado reativar a presença diplomática no continente por meio da diplomacia presidencial e do apoio à inclusão de atores africanos em arranjos multilaterais, como os BRICS, CPLP e o G20.

6. CONCLUSÃO

A perspectiva africana é uma dimensão cada vez mais necessária da agenda da política externa brasileira, não somente pela importância intrínseca da área como espaço natural para a ação externa do país, mas também pelas perspectivas no campo multilateral, especialmente a cooperação no marco do Atlântico Sul e outros temas. No caso específico do Atlântico Sul, é necessário dar a esse enfoque geográfico uma dimensão multifacetada que incorpore, por exemplo, as questões ambientais, em especial o meio ambiente marinho e as zonas costeiras, e o tema da cooperação econômica, com o objetivo de criação de uma eventual zona de livre comércio.

Em síntese, há uma África em crescente internacionalização e reconfigurando sua posição global. Ela está no centro de uma concorrência fortíssima de interesses e potências mundiais. Se os investimentos externos diretos crescem de forma consistente, oriundos tanto das grandes empresas financeiras e produtivas, é também verdade que esses investimentos estão dirigidos por certa lógica de ocupação territorial e estratégica da África por grandes potências, instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais ancorados em bases estatais.

Neste processo de redefinição das escolhas de política externa, a África aparece com um novo peso para o Brasil. A evolução política e econômica de ambas as partes certamente propicia um aprofundamento nessas relações. O momento atual, mesmo com todos os problemas que ainda possuem, é o que apresenta maiores capacidades no sentido de um incremento de suas relações. Neste sentido, o Brasil aparece em destaque no plano global, restando-o buscar e provar seu peso na atual ordem internacional.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, P. R. O Brasil como ator regional e como emergente global: estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. **Revista Cena Internacional**, v. 9, n. 1, p. 7-36, 2007.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. R. **Os Contornos do Eurocentrismo**: raça, história e textos políticos. Coimbra: Edições Almedina, 2016.

ARAÚJO, R. B. **Guerra e paz**: Casagrande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

CEPALUNI, G.; VIGEVANI, T. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

DÁVILA, J. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DORATIOTO, F.; VIDIGAL, C. E. **História das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DUARTE, G. M. M. B. R.; SANTOS, R. O. Apresentação - 70 anos das operações de paz das Nações Unidas: balanços e perspectivas. **Conjuntura Internacional**, v. 15, n. 3, p. 1, 2018.

FREIXO, A. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. **Revista Cena Internacional**, v. 8, n. 1, p. 35-54, 2006.

GARCIA, A. S.; ASSIS, C. C.; ALBUQUERQUE, R. A. Integração regional africana: panorama, avanços e desafios. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 32, p. 135-183, 2022.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONÇALVES, W. S.; MIYAMOTO, S. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GUERREIRO, G. **Terceira diáspora**: culturas negras no mundo atlântico. Salvador: Corrupio, 2010.

HORTA, D. A. S. De volta à África? Notas sobre a política externa brasileira para a África no terceiro governo Lula. **Orbis**: Boletim do LEPEB/UFF, Niterói, v. 1, n. 4, p. 5-9, 2023.

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24-56, 2005.

LULA tem compromissos em três países africanos. **Presidência da República**, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-tera-compromissos-em-tres-paises-africanos-na-proxima-semana>. Acesso em: 10 ago. 2026.

MATOS, P. A. **“Nunca antes na história deste país”; a cooperação brasileira (2003-2010) com a África do Sul, Nigéria, Angola e Cabo Verde**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MOURÃO, F. A. A.; OLIVEIRA, H. A. O Processo de Definição da Política Africana no Brasil. In: ALBUQUERQUE, J. A. G.; OLIVEIRA, H. A. **A Política Externa Brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 47-79.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda: Mulemba; Mangualde/Ramada: Pedago, 2013.

OBENGA, T. **O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista**. Luanda: Mulemba; Mangualde/Ramada: Pedago, 2013.

OLIVA, A. R. A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 421-462, 2003.

OLIVA, A. R. **Lições sobre a África**: colonialismo e racismo nas representações sobre a África e os africanos nos manuais escolares de História em Portugal (1990-2005). Curitiba: Appris, 2021.

OLIVA, A. R. **Reflexos da África**: ideias e representações sobre os africanos no imaginário ocidental, estudos no Brasil e Portugal. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 55-69, 2005.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.

PARADA, M.; MEIHY, M. S. B.; MATTOS, P. O. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2013.

PENHA, E. A. **Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PIMENTA, G. F. Política externa do governo Geisel (1974 - 1979): análise realista neoclássica. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 2, p. 203-224, 2016.

RIBEIRO, C. O. **Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África**: Outro Horizonte. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SARAIVA, J. F. S. (Org.). **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**: solidariedade e ação política. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SARAIVA, J. F. S. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios da autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008.

SARAIVA, J. F. S. **África, Parceira do Brasil Atlântico**: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias. Brasília: EdUnB, 1996.

SARAIVA, M. G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SARAIVA, M. G.; SILVA, Á. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 64, p. 117-137, 2019.

SOUZA, F. M.; MELO, F. R.; NOGUEIRA, S. G. **Discurso da política externa brasileira em tempos de Bolsonaro e Araújo**. São Paulo: Mentis Abertas, 2023. E-book.

TEIXEIRA, R. C. Dossiê Temático: África: memória e projeções de desenvolvimento - Apresentação. **Conjuntura Internacional**, v. 16, n. 2, p. 2, 2019.

THOMAZ, O. R. **Ecos do Atlântico Sul**: representações sobre o Terceiro Império Português. Rio de Janeiro: UFRJ; Faperj, 2002.

VISENTINI, P. F. **A relação Brasil-África**: prestígio, cooperação ou negócios? Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

Recebido: 29/06/2026

Aceito: 10/09/2026